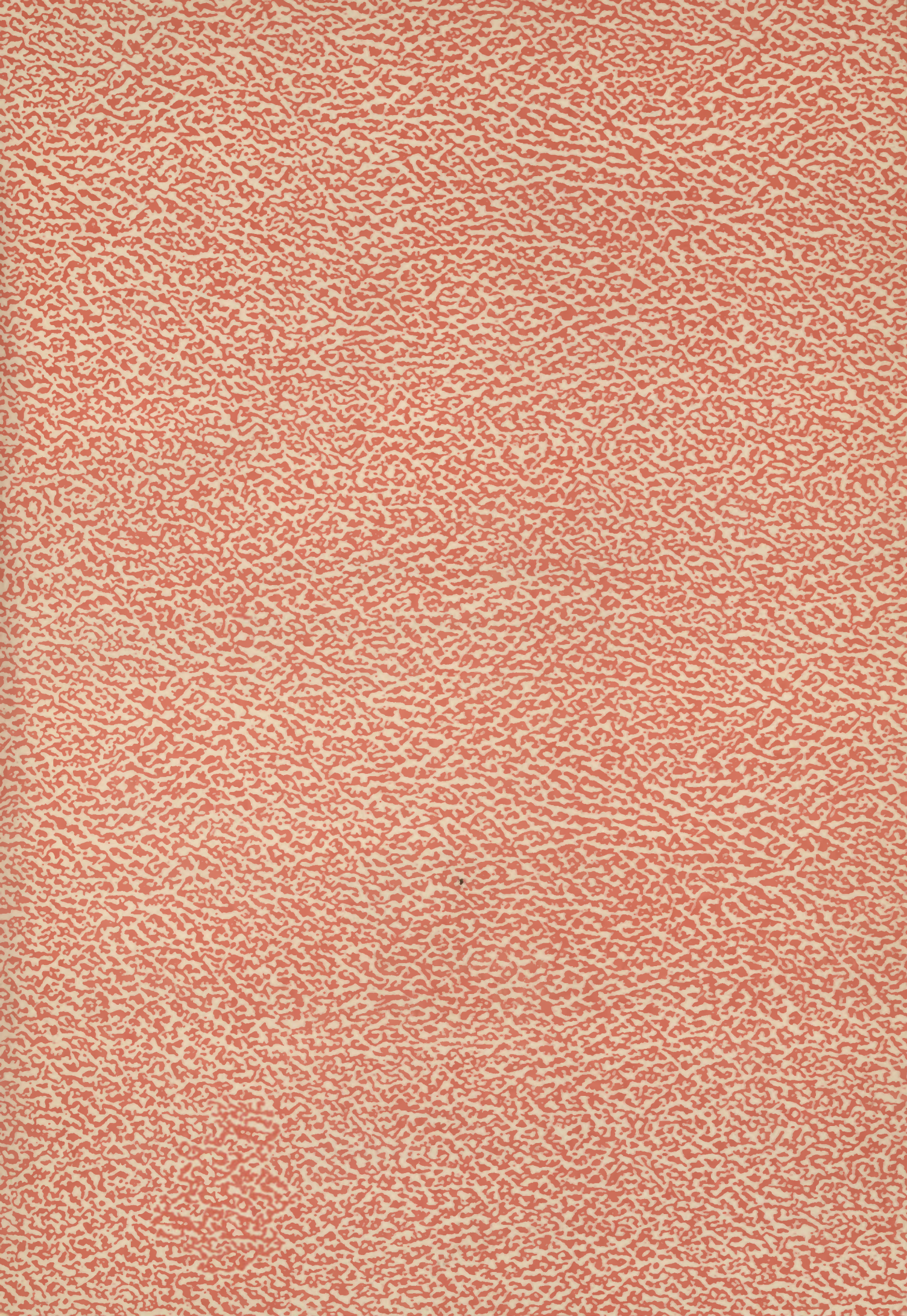
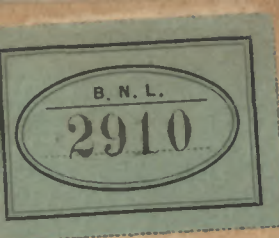


B.N.L.
2910
S.C.





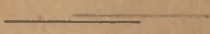


REPÚBLICA PORTUGUESA



RELATÓRIO

APRESENTADO AO PARLAMENTO



* *Pelo Ministro da Guerra* *

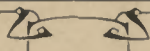
ANTÓNIO JÚLIO DA COSTA

* *PEREIRA DE EÇA* *



LISBOA
IMPRESA NACIONAL
1915

sc
29/10
REPÚBLICA PORTUGUESA



IMP LEG.

RELATÓRIO

APRESENTADO AO PARLAMENTO

* *Pelo Ministro da Guerra* *

ANTÓNIO JÚLIO DA COSTA

* *PEREIRA DE EÇA* *



LISBOA

IMPRESA NACIONAL

1915

RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA GUERRA

O Governo da presidência do Ex.^{mo} Sr. Dr. Bernardino Machado subiu ao poder com uma missão perfeitamente determinada, como foi exposto ao Parlamento quando o Governo se apresentou ao Congresso.

A parte dessa missão que, mais especialmente, interessava ao Ministério da Guerra era aquela que tinha o carácter do apaziguamento das paixões políticas, terminar com a politica partidária dentro do exército, e nessa ordem de ideas se tomaram as medidas convenientes, procurando-se manter o prestígio do comando, assentando a disciplina no princípio da confiança nos chefes, exigindo a todos o cumprimento do seu dever e fazendo salientar que os interesses da República exigem a cooperação sineera, digna e honrada de todos os militares que, sob a sua palavra de honra, declararam servir e defender as Instituições Republicanas.

A par desta missão procurou-se dar execução aos preceitos da organização do exército de 1911, organização que, baseada nos modernos princípios democraticos, pode dizer-se que está ainda num periodo de transição e talvez ainda menos bem comprehendida nos seus princípios fundamentais, não só pelo próprio exército, mas ainda pelo povo portuguez, assim tal se afigura apresentar-se a questão dos quadros do exército.

Esta questão, a meu ver primacial, não pode ter uma solução rápida, há-de ir a pouco e pouco, porque só a pouco e pouco é que se conseguirá obter quadros milicianos que possam satisfazer às necessidades do exército, e para isso é ainda necessário que o país se convença de que tem de sacrificar os seus interesses pessoais, e que esse sacrificio a todos se impõe para a defesa do país, para a salvaguarda da honra nacional.

A Instrução Militar Preparatória deve merecer um grande interesse, mas convém que essa instrução seja baseada em princípios que possam garantir a sua efficácia, convém que, sem prejuizo da instrução das tropas, se procurem instrutores bem orientados e com a autoridade precisa para fazerem comprehender bem aos instruendos a missão do militar, e ministrar-lhes uma instrução verdadeiramente preparatória e útil.

Neste sentido está quasi terminada a elaboração dum regulamento que em breve vai ser publicado.

Uma outra questão da máxima importância para o país é a questão do material de guerra, a qual se não pode resolver sem um sacrificio nacional, e nessa ordem de ideas foi presente, quando a sessão legislativa já estava adiantada, uma proposta ao Parlamento, proposta que, certamente, será tomada em consideração na sessão legislativa que vai começar.

A instituição militar é sempre muito dispendiosa, constitui um pesado encargo, mas é indispensável que se satisfaça a êsse encargo.

A construção de carreiras de tiro tem-se desenvolvido muito e é muito grato ao Govêrno declarar quanto se deve às iniciativas particulares e às das municipalidades.

*

A questão capital que se impôs ao Govêrno pela pasta da guerra foi a conflagração europeia.

À República Portuguesa cumpria manifestar-se com um grande cunho de dignidade nacional, por isso que só com uma verdadeira dignidade nacional é que um país se pode impor à consideração das outras potências; os compromissos internacionais derivados da aliança inglêsa não permitiam uma declaração de neutralidade, desde que a nossa aliada intervinha na luta; havia que manter êsses compromissos de honra; e sobretudo havia os próprios interesses do país a fazer respeitar.

A situação de Portugal estava desenhada nos seus traços gerais, não estava definida nos detalhes de execução.

Ponderada a situação, julgou-se necessário tomar as medidas convenientes para que a defesa marítima, ainda que bastante fraca, pela falta de material de guerra, pudesse, com honra, fazer respeitar o nosso pôrto de Lisboa; e foi ordenado ao serviço do Estado Maior para que, tomando em conta os nossos recursos materiais, fizesse um estudo de preparação de mobilização.

Repito, a situação do nosso país estava nitidamente posta nos seus traços gerais: *ao lado dos nossos aliados havíamos de prestar-lhes todo o auxílio; não mantínhamos, de modo algum, uma neutralidade que, nem se podia, nem devia manter nesta conjuntura.*

¿ Como se procederia na execução? Só pela maneira como as circunstâncias o fôsem indicando é que se tomaria a resolução, *dentro do preceito geral estabelecido*, do qual o Govêrno se não afastou nunca.

Quando se trata de questão militar vem logo a questão financeira, e essa tanto mais se impõe, quanto mais precário fôr o estado em que se encontra o exêrcito, no que se refere a material de guerra.

Assim ordenou-se que cessassem as escolas de repetição e que a verba, que ainda havia, fôsse empregada em despesas para a guerra; pediu-se um crédito de 1.000.000\$; deu-se ordem ao Arsenal do Exêrcito para activar o fabrico do material de guerra; determinou-se-lhe que aproveitasse a indústria particular; que admitisse todo o pessoal adventício que fôsse necessário; que se aumentasse o número de horas de trabalho; ordenou-se ao Depósito de Material Sanitário que adquirisse o material daquela especialidade que fôsse indispensável adquirir; ao Depósito de Fardamentos deu-se ordem para confecionar os artigos de fardamento; à Manutenção Militar foi determinado o estudo da razão de reserva e sua aquisição.

Vendo-se a grande necessidade que havia de aquisição de tudo quanto era necessário, pediu-se um outro crédito de 1:750.000\$.

A questão estava neste pé: a acção militar da República Portuguesa na guerra estava insufficientemente definida, mas tudo levava a supor a necessidade da intervenção armada; a República Portuguesa não ofereceria as suas tropas à sua aliada, mas enviá-las-ia logo que isso lhe fôsse solicitado, embora não hesitasse em fornecer quaisquer recursos materiais que, so bem com sacrificio, entendesse que devia fornecer.

Cumpre acentuar que não é fornecendo o seu material de guerra, desarmando-se completamente, que o país se pode apresentar com a dignidade necessária para valorizar o seu esforço junto dos seus aliados e para se valorizar a si, valorizando o seu exêrcito.

¿ A organização do exército republicano está num estado de transição?

Impõe-se, pois, o dever de fazer um sacrificio, e cooperar com a Inglaterra, *custe o que custar*.

O Estado Maior do Exército, no seu trabalho de mobilização, que aprovei, organizou duas divisões, e quatro destacamentos mixtos que poderiam operar independentes, ou constituir uma outra divisão, organizada dum modo especial.

Quando estavam quasi terminados os estudos para a mobilização impôs-se ao Govêrno a necessidade de enviar para as colónias dois fortes destacamentos com uma organização adequada; dai uma perturbação nos trabalhos da mobilização, trabalhos muito complexos, em que há a atender a mil detalhes.

Depois da partida das duas expedições para as colónias, chegou o pedido official do govêrno inglês para a intervenção armada de Portugal na guerra europeia, ao lado dos seus aliados, ponderando-se a vantagem da ida a Londres duma missão militar portuguesa, para se entender com o Estado Maior Inglês na maneira de se fazer a cooperação duma divisão portuguesa com as tropas inglêsas.

O govêrno tratou immediatamente de elaborar pelo Ministério da Guerra as bases de convenção militar; foi constituída a missão pelos officiais do serviço do estado maior, os Srs. capitães Artur Ivens Ferraz, Fernando Freiria e Eduardo Azambuja Martins, officiais estes que estavam já indicados para fazerem parte do quartel general da divisão expedicionária.

A missão portuguesa foi portadora do projecto das bases de convenção e de todos os esclarecimentos para poder tratar com o Estado Maior Inglês.

O pedido de Inglaterra, que se limitava a uma divisão forte, impôs a necessidade de se corrigirem os trabalhos de mobilização já feitos, a fim de se organizar a divisão de modo a poder responder ao que dela se exige.

Não posso deixar de me referir á impressão grata que recebeu o Govêrno ao ver que a nossa aliada pedia para, com ela, cooperarmos na guerra, representando-se o país por uma *forte unidade de batalha*, porque êsse pedido deixava ver a confiança que a nossa aliada depositava no interêsse que o Govêrno tinha em mostrar ao mundo que o país estava pronto a todos os sacrificios, para combater ao lado das tropas aliadas, pela liberdade, pela justiça, pelo bem.

Portugal não só prestava o auxilio de recursos materiais; concorria com uma unidade de batalha para o êxito feliz desta guerra, em favor daqueles que combatem pela grande causa dos aliados, que é a causa, também, que a nós portugueses compete defender.

A missão militar portuguesa foi distintamente recebida em Inglaterra.

A nossa aliada dava-nos, pelo Ministro da Guerra, o prestigioso general Lord Kitchner, as provas do maior affecto, mostrando o alto valor em que tinha a cooperação do exército portuguez, êste exército que sempre se tem batido com bravura nos campos de batalha, e que certamente, mais uma vez, irá, ao lado das tropas inglêsas, mostrar quanto valem os nossos soldados.

A missão desempenhou o seu serviço com um zêlo, um interêsse, uma honestidade e uma diplomacia que, se constituem um motivo de louvor para os officiais que a compunham, representa ao mesmo tempo uma honra para a República Portuguesa.

*

Mais uma contrariedade vinha perturbar o Govêrno na ocasião em que as suas atenções convergiam para a cooperação militar na guerra; essa contrariedade foi o movimento de 20 de Outubro contra as Instituições.

E certo que em nada abalou o prestígio da República Portuguesa, mas foi uma perturbação que obrigou a desviar as atenções para as medidas a tomar contra os perturbadores da ordem pública.

*

O Governo, pelas informações que ia tendo das operações militares no teatro da guerra, já havia compreendido que a guerra afectava um carácter muito especial, que estava longe de ser a guerra de movimento, caracterizada pela manobra.

Assim, a organização da divisão auxiliar não podia ter a organização normal, principalmente na questão complexa dos serviços de reabastecimento, e, assim, em vista das indicações enviadas pela missão militar em Londres, iam-se fazendo as modificações indispensáveis no trabalho de mobilização.

Quando se estava nesta ordem de trabalhos, aparece nova necessidade de enviar um outro destacamento forte para a provincia de Angola; daí novas alterações a fazer nos trabalhos de mobilização, mais demora na época destinada à partida da divisão auxiliar.

No dia 24 do corrente regressava a Lisboa a missão militar, e, logo na primeira conferência que tive com os officiaes, reconheci a necessidade de se modificar a organização da divisão auxiliar, a fim de que, na parte relativa a serviços, fôsse organizada de modo análogo ao das divisões inglesas.

Dada a feição especial da guerra europeia, a organização dos serviços de reabastecimento é completamente diferente da nossa organização regulamentar.

*

O Governo organizou três destacamentos para o ultramar e tem preparado e está preparando a organização da divisão auxiliar.

A nossa intervenção, aliás indispensável, representa no momento actual um grande esforço, constitui um pesado encargo para o país, e o Governo, em tempo oportuno, apresentará ao Parlamento a conta detalhada das despesas feitas com os créditos extraordinários que já pediu e pelos outros créditos que ainda terá necessidade de pedir para as despesas da guerra.

O Governo tem a consciência de que tem cumprido o seu dever, que tem procurado remediar a falta de recursos e que tem pôsto todo o seu patriotismo no obra de valorizar o país, valorizar o exército e valorizar a República Portuguesa.

Secretaria da Guerra, em 27 de Novembro de 1914. — *António Júlio da Costa Pereira de Eça.*

